



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

**ACÓRDÃO Nº 6574
(09.06.2010)**

RECURSO CONTRA DECISÃO DE JUIZ AUXILIAR EM REPRESENTAÇÃO Nº 265-90/2010.

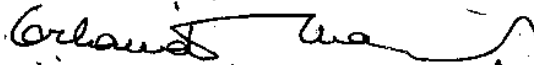
Recorrente /	: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL EM ALAGOAS
Recorrido	: JOSÉ RONALDO MEDEIROS
Advogados	: Dr. MIRABEL ALVES ROCHA
Relator	: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO

EMENTA: RECURSOS CONTRA DECISÃO EM REPRESENTAÇÃO. ADESIVOS SEM MENÇÃO A PLEITO ELEITORAL. PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. INEXISTÊNCIA CONFIGURADA. RECURSO ELEITORAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

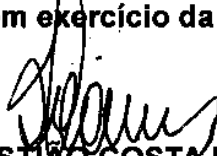
1. O Recurso manejado atendeu ao requisito do art. 33 da Res. TSE nº 23.193/2009, quanto ao prazo de sua interposição.
2. As provas trazidas aos autos revelam promoção por meio de adesivos sem extrapolação que justifique a aplicação do art. 36, § 3º da Lei nº 9.504/97.
3. Recurso apresentado pelo Ministério Público conhecido e improvido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por maioria, **CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO**, nos termos do voto do MM. Juiz Relator.

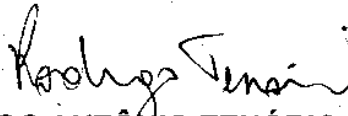
Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em
Maceió, aos 09 do mês de junho do ano de 2010.



Des. ORLANDO CAVALCANTE MANSO
Vice-Presidente em exercício da Presidência



Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO
Relator



Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procurador Regional Eleitoral

RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso inominado (fl. 55/60) interposto pelo Ministério Público Eleitoral em Alagoas, com fundamento no art. 36, § 3º da Lei nº. 9.504/97, à sentença de fls. 49/51 que julgou improcedente representação eleitoral promovida pelo *parquet* em face José Ronaldo Ribeiro, em razão da distribuição e afixação de adesivos contendo os dizeres "RONALDO DO INSS".
2. Alegou o recorrente, em suma, que o recorrido se utilizou de adesivos autocolantes, distribuídos para o público em geral, com o seu nome, o que configuraria propaganda antecipada. Sustenta que a referida propaganda não obstante ausente explícito pedido de voto, revela potencial influência ao eleitor. Fez juntar 04 (quatro) fotos de veículos constando a suposta propaganda (fls. 06, 08 e 09). Fez colacionar em sua peça inaugural, precedentes jurisprudenciais de Tribunais Regionais, bem como do Tribunal Superior Eleitoral. Pugnou pela reforma da sentença e condenação do recorrido nas penas previstas em lei.
3. Regularmente intimado, o recorrente, às fls. 64/66, ofereceu contra-razões, aduzindo que o referido adesivo consiste em mero ato de promoção pessoal, pugnando, por fim, pela manutenção da decisão recorrida. É o relatório, passo a decidir.

DO MÉRITO

4. O ponto de partida para o debate do mérito do caso em exame é reconhecer nas provas trazidas aos autos – adesivos com os dizeres "Ronaldo do INSS" – a existência ou não de Propaganda Eleitoral Antecipada, ou seja, fora do prazo estabelecido pelo art. 36 da Lei n. 9.504/97, *verbis*.

"Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição."

5. O que se vê nas fotos carreadas aos autos (fls. 06, 08 e 09) é simplesmente o nome pela qual o recorrido é conhecido, sem qualquer menção ao pleito eleitoral ou alusão a alguma virtude que possa se fazer crer ser ele o mais habilitado para determinado cargo público.
6. Para que se configure a prática de infração à lei eleitoral, faz-se necessária a evidente ligação do beneficiário ou autor da propaganda com o pleito eleitoral, o que não ficou nítido no caso em tela.

7. Com efeito, observa-se que em nenhuma das provas trazidas aos autos há qualquer menção a futuro pleito e pedido de voto, tampouco qualquer artifício que evidencie sua natureza, eleitoreira.

8. Buscando fixar critérios acerca da matéria *sub examine*, o Tribunal Superior Eleitoral firmou posição na qual para caracterização da Propaganda Extemporânea é necessário a existência dos seguintes elementos: **“MENÇÃO AO FUTURO PLEITO ELEITORAL, ALUSÃO À AÇÃO POLÍTICA OU RAZÕES QUE LEVEM A CRER QUE O ELEITOR É O MAIS HABILITADO.”**

“AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA. PRONUNCIAMENTO. PRÉSIDENTE DA REPÚBLICA. DESVIRTUAMENTO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. NÃO-CONFIGURAÇÃO.

- Para a configuração de propaganda eleitoral extemporânea são necessárias: menção à candidatura; menção ao futuro pleito eleitoral e a alusão à ação política a ser desenvolvida ou às razões que levem o eleitor a crer que o beneficiário ou o autor da propaganda seja o mais indicado ao cargo (AgRgAg nº 5.120/RS, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 23.9.2005).

- Agravo a que se nega provimento.”

9. Em casos bem específicos, quanto à colação de adesivos com o simples nome do candidato, o c. Tribunal Superior Eleitoral, voto conduzido pelo Min. Felix Fischer, ARES nº 26367, datado de 26/06/2008, assim pacificou a jurisprudência:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. ADESIVOS. VEÍCULOS. NOME DE PRÉ-CANDIDATO. AUSÊNCIA DE APELO EXPLÍCITO OU IMPLÍCITO AO ELEITOR. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. NÃO-CONFIGURAÇÃO.

1. Devidamente delineado no acórdão regional que a configuração da propaganda eleitoral antecipada decorreu, exclusivamente, da existência de um único elemento (nome de pré-candidato), à míngua da ocorrência explícita ou implícita dos demais (postulação de cargo político e a plataforma política), não há óbice para que o TSE proceda ao correto enquadramento jurídico. Precedentes: AgRg no AgRg no REspe nº 26.209/MG, Rel. Min. Caputo Bastos, DJ de 2.5.2007; REspe nº 25.144/BA, Rel. Min. Marco Aurélio Mello, DJ de 24.3.2006; AgRg no REspe

nº 25.961/PB, Rel. Min. Gerardo Grossi, DJ de 21.2.2007; REspe nº 25.247/PE, Rel. Min. Marco Aurélio Mello, DJ de 16.9.2005.

2. Ao contrário da conclusão adotada no aresto regional, a jurisprudência do e. TSE tem compreendido que a colocação de adesivo em veículos, cujo nome conste apenas o do suposto candidato, não denota a propaganda eleitoral extemporânea se na própria mensagem não se reúnem elementos caracterizadores do apelo explícito ou implícito ao eleitor, de modo a associá-la à eventual candidatura. Precedentes: AgRg no Ag nº 5.030/SP, Rel. Min. Caputo Bastos, DJ de 25.2.2005; Ag nº 1.205/MG, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJ de 24.3.2000; Consulta nº 704/DF, Rel. Min. Fernando Neves, DJ de 21.6.2002. Divergência jurisprudencial configurada.

3. Para a jurisprudência do TSE, a promoção pessoal conformadora de eventual abuso de poder econômico é passível de apuração e punição na forma da Lei Complementar nº 64/90, mas não se confunde com a propaganda eleitoral antecipada. Nesse sentido: Consulta nº 704/DF, Rel. Min. Fernando Neves, DJ de 21.6.2002.

4. As demais questões do caso específico - tais como difusão expressiva do nome do pré-candidato, a forma como circularam pela capital do Estado e pelas cidades do interior, e também a sua fixação em grande número de veículos - são elementos extrínsecos que não caracterizam a propaganda eleitoral antecipada, pois não evidenciam, de per se, menção expressa ou indireta ao próximo pleito, proposta política ou influência na vontade do eleitorado. O que não impediria, em tese, a configuração da promoção pessoal com eventual abuso de poder econômico, matéria, entretanto, estranha à hipótese dos autos.

5. Ainda que se reconheça a notoriedade da postulação do agravado ao cargo de Governador de Estado, amplamente divulgada por outros meios de comunicação, inexistem nos autos os demais elementos da propaganda eleitoral dissimulada, tal como exigidos pela jurisprudência do e. TSE, quais sejam, "a ação política que se pretende desenvolver" e "as razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública". Precedente: AgRg no Ag nº 7.739/MG, Rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJ de 5.5.2008."

10. Agregando os fatos e provas lançadas aos autos, em conjunto com as interpretações do diploma legal, entendo que a afixação de adesivos constando simplesmente o nome pelo qual o beneficiário é conhecido tem natureza de mera propaganda pessoal.

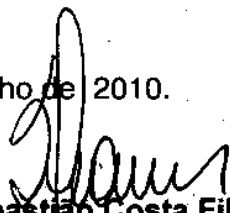
11. Destarte, os fundamentos expostos, em conjunto com as provas trazidas aos autos remetem à manutenção da decisão monocrática e ao improvimento do presente recurso.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, **CONHEÇO** o presente recurso, e **NEGO SEU PROVIMENTO**, mantendo a sentença vergastada, nos termos dos fundamentos lançados.

É como voto.

Em Maceió, 09 de junho de 2010.



Des. Sebastião Costa Filho
Relator



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 6574, de 09/06/10, foi conferido na 43ª sessão, realizada na mesma data, e publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas nº 105, em 14/06/10, à(s) fl(s). 02/03. Eu, Luciano R., lavrei a presente certidão, em Maceió, em 14/06/10, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.

Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

**Agravo Regimental na Representação Nº
265-90.2010.6.02.0000**

Prot. 5.082/2010

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 09/06/2010 (SESSÃO Nº 43/2010)

RELATOR: DES. SEBASTIÃO COSTA FILHO

PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: DR. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.
AGRAVADO(S) : JOSÉ RONALDO MEDEIROS
ADVOGADO : Mirabel Alves Rocha

DECISÃO

Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por maioria, vencidos os Exmos. Srs. Drs. Raimundo Alves de Campos Júnior e Manoel Cavalcante de Lima Neto, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, nos termos do voto do MM. Juiz Relator. (Acórdão nº 6.574 de 09.06.2010).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes os Exmos. Srs. Juizes: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO, Drs. RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA. O Exmo. Sr. Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA ausentou-se em virtude de viagem a serviço do Tribunal. Ausente em razão de férias a Exma. Sra. Dra. ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 09 de junho de 2010.


CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários